

Cerimônia de posse e Reunião ordinária de julho de dois mil e vinte e três

As oito horas e 30 trinta minutos do dia sete de Julho de dois mil e vinte e três, é iniciada a Plenária ordinária do mês, de forma híbrida pelo Google-Meet e presencialmente na Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e Família - SEDEF no Palácio das Araucárias, 7º andar – Curitiba. Com início da abertura da reunião pelo vice-presidente do CEAS, Adrianis Galdino da Silva Júnior, que solicita que proceda à leitura do Decreto de nomeação dos conselheiros. A **cerimônia de posse** dos conselheiros da sociedade civil, Thamiris Guerra se apresenta como secretária executiva do CEAS, e apresenta o Excelentíssimo Senhor Rogério Carboni, Secretário da SEDEF do estado do Paraná. Dando sequência à leitura do Decreto de nomeação dos conselheiros da sociedade civil. O secretário da SEDEF, realizou a leitura da nomeação dos conselheiros conforme: **Ato De Empossamento**. O mesmo diz que "é com grande satisfação e honra que me dirijo a vocês com a autoridade a mim outorgada, para que, de modo solene, compartilhe uma importante conquista: a conclusão do processo eleitoral que resultou na eleição de quinze representantes titular es e quinze representantes suplentes da sociedade civil para compor o Biênio dois mil e vinte e três -dois mil e vinte e cinco. De acordo com a Lei 11362, datada no dia doze de Abril de mil novecentos e noventa e seis, que estabeleceu a criação do CEAS/PR, nosso conselho realizou um processo eleitoral transparente e participativo. Gostaria de destacar que esse processo ocorreu de forma virtual, em consonância com as demandas atuais, contando com o apoio dos Núcleos Regionais e a realização pela SEDEF. Fico extremamente satisfeito em informar que tivemos uma ampla participação da sociedade. Ao todo, cento e vinte e oito participantes, entre candidatos e votantes das cinco Macrorregionais do Paraná, que estiveram engajados nesse importante processo de escolha democrática. É com muita alegria que anuncio a homologação deste processo por meio do Decreto Estadual 2351, datado no dia dois de junho de dois mil e vinte e três. Com base nessa homologação, tenho o prazer de apresentar os integrantes do CEAS-PR para o biênio dois mil e vinte e três -dois mil e vinte e cinco, sendo eles: **Macrorregional de Cascavel, Segmento de Entidades e Organizações de Assistência Social**: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, representado pelo: titular Leonardo Corrêa Lugon e a Suplente Elaine Marlene Jung, **Segmento de Organizações dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social**: CUT – Central Única dos Trabalhadores, representado pela titular Jaqueline Fernanda Machado, e seu Suplente Juliano Alves dos Santos, **Segmento dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social** – SUAS: titular Cleny Thomas Maciel e sua Suplente Roseli Barossi. **Macrorregional de Curitiba, Segmento de Entidades e Organizações de Assistência Social**: Casa da Criança e do Adolescente Irmãos Cavanis, representado pelo titular Adriano Roberto dos Santos e seu Suplente Marcelo Oliveira Bleme, **Segmento de Organizações dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social**: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região PR, representado pelo titular Adrianis Galdino da Silva Junior, e sua Suplente Daniele de March, **Segmento dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social** – SUAS: titular Edson Aparecido De Alencar seu Suplente Cleyton Serafim dos Reis, **Macrorregional de Guarapuava, Segmento de Entidades e Organizações de Assistência Social**: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Oeste, representado pela titular Marlene Cichocki Da Silva, sua Suplente: Neli Tereza Pomagierski Pivatto, **Segmento de Organizações dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social**: Fórum de Trabalhadores do SUAS do Paraná – FETSUAS/PR, representado pela titular Gabriela Daniel De Campos e sua Suplente Deise Teixeira Land, **Segmento dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social SUAS**, titular Aurora da Aparecida Santos, e seu Suplente Ademir José dos Santos, **Macrorregional de Londrina, Segmento de Entidades e Organizações de Assistência Social**: ORAR – Organização Evangélica de Serviço Social, Nutricional, Educacional, Meio Ambiente e Saúde de Cornélio Procopio, representado pela titular Claudia Moreira, seu Suplente Eduardo Benéz. **Segmento de Organizações dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social**: Sindicato dos Servidores Municipais de Tamarana, titular: Roselaine das Dores Nogueira sua Suplente Sandra Aparecida Avila, **Segmento dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**: Rogéria Aparecida Ortelhado seu Suplente Carlos da Silva. **Macrorregional de Maringá: Segmento de Entidades e Organizações de Assistência Social**: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Umuarama, titular Elidiamara Simões Nunes e sua Suplente Natanne Olívia Roman Miller. **Segmento de Organizações dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social**: Conselho Regional de Psicologia da Oitava Região, titular Sergio Bezerra Pinto Junior e sua suplente Thaise Rosseli Moreira Dantas. **Segmento dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**: titular: Anderson Costa Cardoso, e seu Suplente André Luis Barbosa". O excelentíssimo Senhor Rogério Carboni declara os conselheiros empossados por meio da lei. Seguindo adiante, a Secretária executiva Thamiris Guerra, menciona que será encaminhado por email os termos de posse assinado pelo Secretário da SEDEF. A Conselheira Cleny Thomas Maciel faz a leitura do **Termo de compromisso**: "Eu, a Sra. Cleny Thomas Maciel, representando os trezentos e noventa e nove municípios que formam o Estado do Paraná na qualidade de Conselheira Estadual de Assistência Social dos segmentos governamentais e Sociedade civil para biênio dois mil e vinte e três-2025 do CEAS, assumimos solenemente o compromisso de defender a política de Assistência Social no Paraná, reconhecendo o pacto social inscrito na Carta Magna (mil novecentos e oitenta e oito) que tem como referência os valores que estruturam o Estado de bem-estar social: primeiro a afirmação das responsabilidades do Estado como legítimo representante do interesse público; segundo o reconhecimento da solidariedade social como elo da conexão de interesses coletivos; terceiro a proteção social, consignadora de uma agenda de direitos sociais, independentemente de sua participação direta no mercado de trabalho; quarto a participação nos processos de formulação e controle social das ações governamentais executadas. Agindo de forma ética, íntegra e transparente, sempre priorizando o interesse coletivo acima de interesses individuais ou setoriais primando por uma política de Assistência Social que é direito inalienável do cidadão e dever intransferível do estado. Humanizando as relações de trabalho no SUAS, compreendendo o combate sistemático às práticas de assédio moral nos serviços e a precarização das condições de trabalho. Fortalecer as entidades de assistência social desta Política, incentivando a articulação entre os segmentos que compõem o controle social, garantindo o financiamento e a ampliação das relações entre Conselhos de Assistência Social e entidades. Assegurar a garantia de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial no SUAS, levando em conta marcadores sociais de gênero, raça, etnia (povos originários, quilombolas, pescadores artesanais etc), território (pessoas em situação de rua, migrantes e refugiadas/os etc), diversidade sexual (LGBTQIAPN+), ciclo de vida, pessoa com deficiência, faixa etária, situações de violação de direitos na atenção socioassistencial do SUAS Lutar diuturnamente para que todos os direitos sejam preservados que é Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". Então ouviu-se um sonoro "Assim o prometemos!" na Plenária. A Secretária executiva Thamiris Guerra declara finalizada a cerimônia de posse dos novos conselheiros da sociedade civil. O excelentíssimo Senhor Rogério Carboni, pede a fala para realizar a **indicação governamental para compor a mesa diretora do CEAS**, realizando a indicação da Sra. Renata Mareziuzek dos Santos, coordenadora da Coordenação da Política de Assistência Social do estado do Paraná (CPAS), como presidente do CEAS e sugere que seja feita a indicação da sociedade civil para compor a mesa diretora como vice-presidente do CEAS. O Sr. ADRIANIS Galdino da Silva Júnior, se apresenta como vice-presidente do CEAS conforme processo de escolha da sociedade civil. A Renata Mareziuzek dos Santos, presidente do CEAS, cumprimenta a todos, reforça da necessidade de compor a mesa diretora na data de hoje, e realiza a leitura de um poema de " Faz escuro", mas eu canto de Tiago Melo, finaliza a sua fala e dá a palavra ao Vice presidente, ele demonstra o combate do CEAS nas práticas de clientelismo e de assistencialismo, com base em valores éticos, e na universalização do acesso à Assistência Social no estado do Paraná, por meio de um reforço da importância da participação da sociedade civil. O vice-presidente cumprimenta a todos e deseja boa vinda a todos os conselheiros desse novo biênio. Renata Mareziuzek dos Santos abre as inscrições para as manifestações. Anderson Costa Cardoso, se apresenta como presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Paiçandu, levanta a causa da luta das pessoas com doença rara e a pessoa com deficiência, questiona o mandado do vice-presidente do CEAS, pois a eleição da representação da sociedade civil foi feito às pressas, sem consulta a todos os representantes da sociedade civil, além disso acredita que na história do CEAS não a indicações de usuário que ocupem a mesa diretora do conselho, e há interesse de pelo menos dois conselheiros para se candidatar para ocupar o cargo de diretoria no CEAS. Adrianis Galdino da Silva Junior, informa que foi feito reunião anteriormente e teve o consenso de todos que seria ele a ocupar o cargo. Roseli Barossi, reforça a necessidade de ocorrer um maior tempo para o processo eleitoral de ocupar tal vaga, e questiona a necessidade ampla de participação de todos os conselheiros durante esse processo. O Sr. Carlos se apresenta, e agradece por poder estar neste conselho, e de fazer parte da política de Assistência Social, e estar nessa política o faz imensamente feliz, diante de todo o rompimento de vulnerabilidade existente em sua vida. Edson Aparecido de Alencar, menciona que em reunião com os conselheiros da sociedade civil foi acordado que o Vice Presidente seria o Sr. Adrianis Galdino da Silva Junior, e que foi acordado com todos que ele vai ficar na posse até a conferência estadual de Assistência Social, após isso vai ocorrer uma nova discussão sobre o fato. Conselheiro Adriano Roberto dos Santos, deseja a todos uma boa gestão, e enfatiza a fala do Sr. Edson Aparecido de Alencar sobre a presidência do Sr. Adrianis Galdino da Silva Junior. Daniele de March, e Cleyton Serafim dos Reis, confirmam que vai ocorrer posteriormente uma nova discussão dos usuários representar a sociedade civil na mesa diretora. Vice Presidente Sr. Adrianis Galdino da Silva Junior, sugere que seja feito uma pausa na plenária para uma nova discussão da sociedade civil. Realizado portanto uma paralisação de quinze minutos. Retornado a reunião, após a discussão com os conselheiros da sociedade civil. Adrianis Galdino da Silva Júnior, informa que ficará como vice presidente conforme combinado. A Presidente Renata Mareziuzek dos Santos segue com a pauta com a **apresentação das atividades do conselho do último ano**. Leitura essa sendo realizada pela secretária executiva Thamiris Guerra, Relato: O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS é uma entidade de caráter permanente e decisório, composta por representantes igualmente do segmento governamental e da sociedade civil. Sua responsabilidade abrange a aprovação da Política Estadual de Assistência Social, a avaliação e fiscalização dos serviços de Assistência Social oferecidos tanto por entidades governamentais quanto não governamentais do Estado, com atenção especial às condições de acesso da população a esses serviços, a proposição de medidas necessárias para corrigir exclusões identificadas. O CEAS atua em parceria junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF que é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que buscam garantir os direitos fundamentais, justiça, cidadania, dignidade da pessoa e os valores sociais do trabalho e Assistência Social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas. A Pasta da SEDEF visa a administração dos programas Cartão Comida Boa e Nossa Gente, dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), do contato com os municípios para a defesa dos direitos básicos e da consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná. Também está sob a alçada da SEDEF a coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Juventude, e a Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Posto isso, é relevante mencionar neste momento que nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e três foram realizadas: onze reuniões ordinárias, três reuniões extraordinárias com um total de quatorze reuniões no ano de dois mil e vinte e dois, já no ano de dois mil e vinte e três foram realizadas até o momento quatro reuniões ordinárias, duas reuniões extraordinárias, com total de seis reuniões. Bem como, nos respectivos anos foram aprovadas no CEAS o seguinte quantitativo de deliberações realizadas no ano de dois mil e vinte e dois: oitenta e seis deliberações, já no ano de dois mil e vinte e três foram realizadas trinta e sete deliberações e uma conjunta. Com relação ao Plano Estadual de Assistência Social dois mil e vinte e dois mil e vinte e três, previsto no Plano Decenal da

Assistência Social e deszeis a dois mil e vinte e cinco, sendo um instrumento estratégico de planejamento regularizado pelo artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social, foi finalizado, aprovado e publicado no ano de dois mil e vinte, com apoio da comissão específica instituída pelo CEAS e pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB), sendo instrumento basilar para o desenvolvimento das ações no âmbito da gestão estadual. Dentro da perspectiva organizacional do CEAS, conforme previsto regimentalmente no Art. 19, as Comissões Permanentes se configuraram resumidamente da seguinte forma, nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, sendo: **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do FEAS:** fiscalizar e propor ações de controle dos recursos do FEAS, fornecendo orientações ao Colegiado a respeito dos assuntos relacionados ao financiamento da política pública de assistência social, além de promover a discussão aprofundada no âmbito do controle social SUAS frente aos recursos públicos. **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização:** desenvolver estratégias para mobilização social e articulação das instâncias do SUAS e outros órgãos de defesa dos direitos socioassistenciais e políticas públicas, divulgando informações e ações relacionadas à assistência social, diante da contextualização do CEAS. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial:** realizar estudos e ações relacionadas aos aprimoramento do SUAS enquanto rede, incluindo o monitoramento dos processos de documentação como o Programa Nota Paraná, a habilitação e inscrições de entidades nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Além de contribuir para os debates e decisões do CEAS e apoiar os CMAS no que diz respeito à relação entre o SUAS e as OSC. **Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social:** Monitorar e oferecer suporte ao funcionamento dos CMAS, visando fortalecer a cidadania participativa e o controle social, em conformidade com a Política Pública de Assistência Social. **Comissão de Políticas Sociais:** Acompanhar e estudar a gestão da Política de Assistência Social, considerando as áreas normativas jurídica, teórica e política, além de sua integração com outras políticas sociais e de defesa de direitos. Esse trabalho visa fortalecer o Sistema Único de Assistência Social enquanto política pública prevista constitucionalmente, sendo estabelecida como direito elementar para a concretização da Segurança Social. **Comissão Especial de Ética:** Que tem como objetivo a avaliação e emissão de parecer sobre questões de decoro e falta de ética ocorridas em âmbito deste conselho. A referida comissão deverá ser formada por quatro conselheiros titulares ou suplentes, escolhidos paritariamente entre seus membros. É também previsto regimentalmente no Art.º 20, as Comissões Temporárias que nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três ocorreram as seguintes reuniões, sendo: **Comissão Temporária de Atualização da Lei e Regimento Interno**, **Comissão Temporária de Planejamento das Reuniões Descentralizadas - Biênio dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e três**, **Comissão Temporária Eleitoral**, **Comissão Temporária de Monitoramento e Avaliação do PMAS dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e três e criação do PMAS 24-26;** **Comissão Temporária Organizadora da Conferência Estadual.** Capacitações em dois mil e vinte e dois, foram realizados Cursos de Capacitação voltado para os Conselheiros/as do CEAS/PR, proposto pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – NEEP/SUAS/PR, com parceria de execução pela Coordenação da Política de Assistência Social - CPAS, através da Divisão de Gestão do SUAS, e para garantir certificação e divulgação nos canais de comunicação do Estado do Paraná Escola de Educação em Direitos Humanos – ESEDH. A ação objetivou capacitar os Conselheiros Estaduais para o exercício de suas atribuições e promover um espaço de reflexão e aprendizagem, ocorrendo em cinco etapas, sendo: Participação e Controle Democrático na Política de Assistência Social realizada no dia três de Agosto de dois mil e vinte e três, palestrante Doutora Silmara Carneiro e Silva, no dia trinta e um de Agosto de dois mil e vinte e dois realizado a palestra Orçamento destinado à Política de Assistência Social, com a palestrante Louise Ronconi de Nazareno e Gisele de Cássia Tavares, em seguida no dia quatro de outubro de dois mil e vinte e dois sendo o assunto O Papel dos Conselheiros Estaduais com o palestrante Uilson José Gonçalves Araújo, próximo ponto de pauta foi no dia cinco de outubro de dois mil e vinte e dois com o assunto O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política de Assistência Social, sendo a palestrante Doutora Luciana Silvestre, e por fim no dia sete de dezembro de dois mil e vinte e dois com o tema Funções e Instrumentos e Controle Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social com a Doutora Silmara Carneiro e Silva. Todos os eventos foram realizados de maneira híbrida a fim de garantir a participação de todos, sendo presencial no auditório Mario Lobo e na Sala de Gestão do Palácio das Araucárias, e online via Google Meet para os conselheiros que não puderem se fazer presentes. Realizando as apresentações das reuniões foi realizada as reuniões descentralizadas, reunião ordinária descentralizada de abril do CEAS/PR ocorreu nos dias sete e oito de abril, no auditório do Centro Cultural Vera Schubert, no município de Umuarama, PR. O evento contou com a participação de aproximadamente quatrocentas pessoas, representante dos Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios paranaenses, bem como o Presidente, Vice-Presidente, Secretária Executiva, Conselheiros titular e Suplentes do CEAS/PR, representantes dos Serviços Municipais da rede socioassistencial, membros da Defensoria Pública e equipes técnicas dos vinte e dois Escritórios Regionais da antiga SEJUF. A reunião supramencionada teve como propósito ampliar o alcance das reuniões do CEAS/PR, proporcionando um espaço para aprofundamento técnico e prática conselheirista, além de garantir uma das principais funções do Conselho Estadual, que é a atuação próxima aos municípios, fomentando o debate democrático e acerca da garantia de estruturação da rede socioassistencial. Além da plenária aberta, a reunião conta com quatro momentos de palestras e debates, abordando temas selecionados com base nas discussões atuais sobre a Política de Assistência Social no Paraná e no Brasil, tais como: Programa Auxílio Brasil, Controle Social e retomada de Serviços, Programas e Benefícios no contexto pandêmico e pós-pandêmico, articulação dos Fóruns regionais e municipais de usuários, entidades e trabalhadores, e por último as demandas do INSS nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Os temas foram eleitos a partir das discussões atuais que permeiam a Política de Assistência Social no Paraná e no Brasil. Como produto do evento em Umuarama houve a elaboração da carta final sendo Carta de Umuarama: "Fortalecimento do Controle Social e a Prática Conselheirista". Na mesma perspectiva, no mês de novembro de dois mil e vinte e dois foi realizada a reunião descentralizada ordinária e ampliada de novembro do conselho estadual de Assistência Social – CEAS/PR, sucedida nos dias dez e onze de novembro no Auditório da SINEFI no município de Foz do Iguaçu – PR. O evento contou com a presença de cerca de trezentos participantes, representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios paranaenses, Presidente, Vice-Presidente, Secretária Executiva e Conselheiros titular e Suplentes do CEAS/PR, representantes dos Serviços Municipais da rede socioassistencial e equipes técnicas dos Escritórios Regionais da antiga SEJUF. As temáticas abordadas no evento foram dentro do tema principal desafios do controle social: planejamento e organização, com desdobramentos sobre o papel dos conselhos frente a fiscalização e monitoramento dos serviços socioassistenciais e, por fim, espaço para o fórum de usuários do SUAS. Como produto final da reunião teve a Carta de Foz do Iguaçu: "Resgate do SUAS e alicerçamento do Controle Social por meio do fortalecimento dos Fóruns de Sociedade Civil Organizada". FONACEAS que tem a finalidade do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS é promover a mobilização e articulação dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do DF em um processo coletivo de formulação de propostas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, bem como aos Fóruns Estaduais e Nacional. Essa atuação visa fortalecer a participação das instâncias estaduais e do Distrito Federal (DF) na proteção, defesa, vigilância e controle social da Política de Assistência Social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No ano de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três o CEAS/PR garantiu participação nas seguintes reuniões do FONACEAS: no ano de dois mil e vinte e dois no dia vinte e um de março até o dia primeiro de abril em Natal/ RN, De vinte de maio até três de junho em Curitiba/ PR, De vinte e dois de agosto até dois de setembro em Vitória/ ES, de vinte e um de novembro até dois de dezembro em São Paulo/SP, já no ano de dois mil e vinte e três foi realizado dois encontros até o momento, sendo primeira reunião no dia vinte e sete e vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três em Belém/PA, e no dia vinte e dois de maio até vinte e quatro de maio foi realizado em Macaé/AL. Houve também a participação no ano de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três pela Secretária Executiva e apoio técnico da Secretária-Executiva, nas reuniões de Coordenação das Secretarias Executivas dos CEAS e CAS/DF, que fazem parte das atividades principais do FONACEAS. Se tratando das reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS é importante destacar a participação do CEAS/PR nas reuniões descentralizadas da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos -CAC/CNAS e Reuniões Trimestrais do CNAS. Onde no ano de dois mil e vinte e dois foram indicados quatro representantes do CEAS para participação na Reunião Regional das Regiões Sul e Sudeste do CNAS ocorrida no município de Vitória/ES, no dia trinta de agosto de dois mil e vinte e dois. Ademais, no decorrente ano houve a participação na Reunião Trimestral do CNAS ocorrido no dia doze de setembro de dois mil e vinte e dois no formato virtual. No mês posterior, houve a indicação de dois representantes para participação na reunião descentralizada e ampliada em Brasília ocorrida no dia quatro de outubro de dois mil e vinte e dois, de forma presencial. Já no ano de dois mil e vinte e três, houve a representação do CEAS/PR, virtualmente, na Oficina de trabalho do Segmento de Trabalhadores do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que discutiu Resolução CNAS nº seis de vinte e um de maio de dois mil e quinze, ocorrendo em sete de fevereiro de dois mil e vinte e três, na modalidade virtual. Ainda, houve a realização da Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social com os CEAS da Região Sul, sendo sediada na capital do Estado do Paraná, na instituição UNIBRASIL nos dias vinte e seis e dias vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três. A reunião teve participação ativa dos usuários do SUAS dos três Estados, com configuração de reunião técnica e pactuação de encaminhamentos a serem levados ao CNAS. Também o CEAS tem realizado Lives no ano de dois mil e vinte e três foram destinadas à orientação aos municípios sobre a realização das Conferências Municipais de Assistência Social, 14ª Conferência Estadual de Assistência Social e o processo eleitoral do Conselho. Foram realizadas quatro Lives Preparatórias para as Conferências de Assistência Social, em que se discutiu sobre a organização das conferências municipais e os cinco eixos propostos, sendo: Eixo um - financiamento - Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país; Eixo dois – controle social - Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas; Eixo três – articulação entre os segmentos - Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas, Eixo quatro- serviços, programas e projetos - Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS; e Eixo cinco benefício e transferência de renda - A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS. A temática acerca da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social também foi divulgada nos eventos pela SEDEF, "SEDEF nos municípios". Além da temática das Conferências de Assistência Social, o CEAS/PR realizou em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e três uma live mobilizatória em prol da divulgação do edital de eleições da sociedade civil para o biênio dois mil e vinte e três - dois mil e vinte e cinco. O CEAS também realizou alguns grupos de trabalhos GT SUAS e Sistema de Justiça: que teve por objetivo dialogar, analisar, estudar, e propor encaminhamentos e protocolos para o aprimoramento dos fluxos de trabalho e atuação dos atores envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos e com a Rede Municipal e Regional de Atendimento às famílias e indivíduos, na interface com o Sistema Judiciário relacionado ao SUAS. e o GT Revisão do repasse fundo a fundo: o grupo tem como principal função discutir a revisão dos critérios de pagamento fundo a fundo do exercício de dois mil e vinte e três, e propor encaminhamentos sendo pactuados conjuntamente entre Conselheiros/as do CEAS e membros da Comissão Intergestores Bipartite, com representação das gestões municipais. e por fim a CIB o CEAS possui indicação para composição da Comissão Intergestores Bipartite sendo ação necessária para a ampliação das discussões atribuída à política pública de assistência social. A CIB é uma instância com particularidade diferenciada dos conselhos, constitui-se como espaço de interlocução de gestores municipais de assistência social, objetivando viabilizar a Política de Assistência Social frente às necessidades dos municípios em articulação direta com a gestão estadual, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social. Após realizada a leitura do Relatório conciso das atividades do conselho foi apresentado a cada comissão e seus conselheiros governamentais. Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo: titular Renata Marezuzek dos Santos com a Suplência Maiara de Almeida Abreu, titular Paula Cristina Calsavara com a Suplência Samanta Krevoruczka, ambas são da SEDEF, titular Pedro Américo Vieira com a Suplência Rodrigo da Silva Nicolau, sendo eles representantes da Secretaria de Estado de Planejamento. Já a

199 Comissão de Políticas Sociais a titular Ticyana Paula Begnini com a Suplência Magali Socher Luiz, ambas da SEDEF, titular Ana Pedrosa de Almeida, com a
200 Suplência Miriam Fuckner com a representação governamental do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, titular Michele Cristina Ribeiro com a
201 Suplência Everton de Oliveira representação governamental da SEDEF. Em sequência foi apresentado a comissão de comunicação, articulação e mobilização
202 com o titular Manoel Tadeu Barcelos com a Suplência Quelen Silveira Coden representação governamental da SEDEF, próximo conselheira titular Cristiane
203 Carla Konno com a Suplência José Maia representação governamental SETI, titular Deise Mara Berno com a Suplência Margarete Alcino ambas representações
204 governamental da SEDEF. Se tratando da Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial se tem a representação governamental da SEDEF a titular
205 Porcina Elizabeth de Oliveira Souto com a Suplência Márcia Valim Lemes Mattjie, já na Secretaria de Estado da Educação- SEED possui a titular Eliciana
206 Goedert com a Suplência Delvana Lúcia de Oliveira, e por fim dessa comissão temos a representação governamental da Secretaria de Estado da Justiça e
207 Cidadania-SEJU a titular Evlin Gamra com a Suplência Dulce Maria Darolt. E a última comissão permanente a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
208 Municipais de Assistência Social com a representação governamental da SEDEF titular Patrícia Cavichiolo Tortato com a Suplência Vandete Arcoverde Silva, e
209 na representação governamental da Companhia de Habitação do Paraná a titular Lucimeri Sampaio Bezerra com a Suplência Rafael de Lima Borba e for fim a
210 representação SESA da Secretaria Estadual de Saúde titular Sirleni Brito dos Santos Silva com a Suplência Suelen Letícia Gonçalves. Em sequência, foi
211 questionado pelo vice presidente do CEAS Adrianis Galdino da Silva Júnior, a necessidade de ocorrer uma discussão se realmente os suplentes devem
212 acompanhar os titulares na comissão que não foi escolhida por ele e sim pelo titular, e a necessidade de o CEAS ampliar a participação presencial também do
213 suplente a fim de promover a vinda de ambos por meio do seu financiamento advindo do CEAS. Renata Marezluzek dos Santos sugere como
214 **Encaminhamento: Discutir a viabilidade do custeio de titulares e suplentes para as plenárias e a composição das comissões por titulares e suplentes.**
215 Secretaria executiva Thamiris Guerra, realiza o espelhamento das comissões permanentes, para os conselheiros escolherem as comissões que desejam ficar de
216 forma temporária, a secretaria executiva explica como vai ser conduzido a escolha da comissão, ficando o titular responsável em realizar a escolha de qual
217 comissão deseja ficar, o mesmo não estando no momento quem vai realizar a escolha é o seu suplente. A secretária executiva Thamiris Guerra, sugere a
218 indicação pela lista de chamada. Realizando a escolha das comissões permanentes do CEAS, iniciou com a escolha pelos Usuários seguindo: Cleiton Serafim
219 dos Reis, informa que tem interesse em participar da comissão de financiamento e gerenciamento de fundos, acordado pelo titular, Sr. Edson Aparecido de
220 Alencar. Anderson Costa Cardoso, realiza a escolha da comissão de políticas sociais, junto com ele seu suplente André Luis Barbosa, Cleny Thomas Maciel,
221 com sua suplente Roseli Barossi fez a escolha da comissão de de comunicação, articulação e mobilização, Aurora da Aparecida Santos e seu suplente Ademir
222 José dos Santos na comissão de documentação e rede socioassistencial, já na comissão de acompanhamentos aos Conselhos Municipais de Assistência Social
223 ficou com a titular Rogéria Aparecida Ortelhado e seu suplente Carlos da Silva. Prosseguindo com a representação de trabalhadores: titular Adrianis Galdino da
224 Silva Júnior com seu suplente Daniele de March realizou a escolha de permanecer na comissão de financiamento e gerenciamento de fundos, comissão de
225 políticas sociais ficou como titular Roselaine das Dores Nogueira e sua suplente Sandra Aparecida Avila, comissão de comunicação, articulação e mobilização:
226 titular Sergio Bezerra Pinto Junior, e sua suplente Thaise Rosseli Moreira Dantas, comissão de documentação e rede socioassistencial titular Gabriela Daniel de
227 Campos e sua suplente Deise Teixeira Land, comissão de acompanhamento dos conselhos municipais - titular Jaqueline Fernanda Machado e seu suplente
228 Juliano Alves Dos Santos. Seguindo a ordem o Segmento de entidades, comissão de financiamento e gerenciamento de fundos titular Leonardo Corrêa Lugon
229 sua suplente Elaine Marlene Jung, comissão de políticas sociais titular Adriano Roberto dos Santos e seu suplente Marcelo Oliveira Bleme, e comissão de
230 comunicação, articulação e mobilização titular Marlene Cichocki da Silva e sua Suplente Nelí Tereza Pomagerski Pivatto. Comissão de documentação e rede
231 socioassistencial titular Claudia Moreira e seu suplente Eduardo Benez, finalizando as escolha da última comissão a do acompanhamento dos conselhos
232 municipais titular Elidiamara Simões Nunes e sua suplente Natanne Olivia Roman Miller. Finalizada a escolha dos participantes em cada comissão, todos os
233 conselheiros foram para sua comissão Plenária. A presidente do CEAS Renata Marezluzek dos Santos, realiza a abertura da plenária solicitando a conferência
234 dos presentes pela secretária executiva do CEAS, Thamiris Guerra, qual registra os presentes **Segmento Usuários:** Titular: CLENY THOMAS MACIEL,
235 Suplente: ROSELI BAROSSO, Titular: EDSON APARECIDO DE ALENCAR, Suplente: CLEYTON SERAFIM DOS REIS; Titular:AURORA DA APARECIDA
236 SANTOS, Titular: ROGERIA APARECIDA ORTELHADO; Suplente: CARLOS DA SILVA, Titular: ANDERSON COSTA CARDOSO, Suplente: ANDRÉ LUIS
237 BARBOSA. **Segmento Trabalhadores do Setor:** Titular: JAQUELINE FERNANDA MACHADO, Suplente: JULIANO ALVES DOS SANTOS, Titular: ADRIANIS
238 GALDINO DA SILVA JUNIOR, Suplente: DANIELE DE MARCH, Titular: GABRIELA DANIEL DE CAMPOS, Suplente: DEISE TEIXEIRA LAND, Titular:
239 ROSELAINE DAS DORES NOGUEIRA, Suplente: SANDRA APARECIDA AVILA, Titular:SERGIO BEZERRA PINTO JUNIOR, Suplente: THAISE ROSSELI
240 MOREIRA DANTAS. **Segmento das Entidades Prestadoras de Serviço:** Titular: LEONARDO CORRÊA LUGON, Suplente: ELAINE MARLENE JUNG; Titular:
241 ADRIANO ROBERTO DOS SANTOS, Suplente: MARCELO OLIVEIRA BLEME, Titular: MARLENE CICHOCKI DA SILVA, Suplente: NELI TEREZA
242 POMAGERSKI PIVATTO, Titular: CLAUDIA MOREIRA, Suplente: EDUARDO BENEZ, Titular: ELIDIAMARA SIMÕES NUNES, Suplente: NATANNE OLIVIA
243 ROMAN MILLER. **Conselheiros Governamentais:** Titular: Renata Marezluzek dos Santos, Titular: Leonardo Ferreira, Suplente: Magali Socher Luiz,
244 Titular:Paula Cristina Calsavara: Suplente: Samanta Krevoruczka, Titular: Manoel Tadeu Barcelos, Suplente: Quelen Silveira Coden, Titular: Michele Cristina
245 Ribeiro, Titular: Porcina Elizabeth de Oliveira Souto, Suplente: Vandete Arcoverde Silva, Suplente: Evlin Gamra, Titular:Ana Carolina Pedrosa de Almeida,
246 Suplente: Rafael de Lima Borba, Titular: Sirleni Brito dos Santos da Silva, Titular: Pedro Américo Vieira. Verificando-se um quórum de 12 cadeiras
247 governamentais e 15 cadeiras da sociedade civil. Após abertura, e conferência do quórum, seguiu para apreciação e aprovação de pauta, como Adrianis Galdino
248 da Silva Júnior, Vice-presidente do CEAS, solicita que seja incluído como ponto de pauta a elaboração das regras de convivência dos grupos de whatsapp na
249 Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. A secretária executiva solicita que as sugestões deverão ser encaminhadas via e-mail. Reforça que toda
250 a documentação referente ao Conselho é encaminhada via e-mail aos conselheiros, emails compostos por aqueles registrados na na ficha de inscrição eleitoral.
251 Assim como os telefones de Whatsapp, quais devem ser comunicados à secretaria executiva caso haja necessidade de alteração. As comunicações serão
252 mantidas via e-mail e reforçadas pelos grupos de whatsapp. Também foi registrada a sugestão realizada pelo conselheiro Anderson Costa Cardoso, a inclusão
253 de pauta da necessidade de Participação dos Usuários do SUAS nos espaços de controle social – Liberação das obrigações trabalhistas no dia das reuniões
254 ordinárias, qual será encaminhada para discussão na Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. Registrou-se também o seguinte encaminhamento:
255 Solicitar ao Ministério Público do Trabalho apoio para encaminhamento da demanda do aceite das convocações do CEAS/PR como justificativa para fins
256 trabalhistas. Encaminhar a pauta para discussão no FONACEAS, com relação a alteração da CLT. Encerrado as inclusões de pauta, procedeu-se a leitura dos
257 relatos das comissões permanentes. Iniciando com a **comissão de financiamento e gerenciamento de fundos** de 07 de julho de 2023, leitura realizada pelo
258 Apoio técnico Gustavo Abboud. Primeiro ponto de pauta **1.1. SIFF (Sistema de Informação Fundo a Fundo);** O Núcleo Fazendário Setorial – NFS, por
259 intermédio da Gestão de Fundos, fará apresentação de tabela detalhada acerca dos pagamentos relativos aos pisos do cofinanciamento estadual que foram
260 pagos no exercício de dois mil e vinte e três. Sugestão de encaminhamento: Ciente. Parecer da comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Encaminhar a tabela aos
261 demais conselheiros CEAS. Abordar a análise da mesma, enquanto instrumento permanente da comissão, na **capacitação dos conselheiros**. Elencar demais
262 instrumentos permanentes utilizados nas comissões do CEAS/PR, para encaminhamento com a mesma finalidade. **1.2 Programa Estadual de Transferência de
263 Renda – Comida Boa;** A técnica Michele da Coordenação de Programas e Projetos, iniciou a pauta contextualizando sobre o Programa e seus critérios aos
264 novos conselheiros.O Programa Comida Boa foi instituído pela Lei Estadual N. 20.747, de dozeito de Outubro de dois mil e vinte e um e regulamentado pelo
265 Decreto N. 9.744, de Nove de Dezembro de dois mil e vinte e um. Trata-se de um programa de transferência de renda do Governo Estadual, que é pago
266 diretamente às famílias por meio de cartão alimentação. Os critérios para participação no Programa são: famílias com CadÚnico atualizado e renda familiar per
267 capita de até duzentos e dez reais. A folha de pagamentos é revisada a cada três meses, podendo excluir ou incluir novas famílias, beneficiando mensalmente
268 até cento e doze mil e quinhentos famílias. O valor repassado a cada família é de oitenta reais, totalizando um montante mensal de nove milhões.Para a geração
269 da folha de pagamentos são priorizadas as famílias que não recebem o Bolsa Família, e caso haja "vagas" na folha de pagamentos, podem ser beneficiadas as
270 famílias que recebem o Bolsa Família, nesta ordem: que tenham crianças em trabalho infantil; que possuam crianças de até 1 ano; indígenas; quilombolas;
271 resgatadas do trabalho escravo; catador de material reciclável; crianças de até 6 anos; com menor renda per capita. O desempate se dá pelo CadÚnico com data
272 de inclusão mais antiga.A folha de pagamentos é gerada com base nas informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais e na folha de
273 pagamentos do Bolsa Família.Para a geração da folha de junho de dois mil e vinte e três que terá validade para os meses de junho, julho e agosto, foram
274 utilizadas a base de dados do CadÚnico, com atualização até a data de quatorze de Abril de dois mil e vinte e três , e a folha de pagamentos do Bolsa Família do
275 mês de maio de dois mil e vinte e três . O primeiro pagamento teve início em dezembro de dois mil e vinte e um com a empresa Green Card e, na ocasião, o
276 cartão era de cor azul.Nova licitação foi realizada e a empresa ganhadora do certame foi a BK BANK, que iniciou a sua operacionalização em junho de dois mil e
277 vinte e três . Por conta da troca da empresa, todos os beneficiários da folha de junho tiveram que receber novo cartão, agora na cor verde. Além dos cartões
278 serem novos, as redes de estabelecimentos comerciais também tiveram alterações, sendo necessário o credenciamento de novos estabelecimentos atribuídos
279 ao benefício do Cartão Comida Boa.Foi repassada a lista de estabelecimentos comerciais que já atendiam ao Programa, para que a nova empresa entrasse em
280 contato e efetuasse o credenciamento. Todavia, a decisão de aceitar o credenciamento é do comerciante. Verificamos que muitos estabelecimentos optaram por
281 não atender pela BK BANK. Houveram relatos de empresas que não querem se credenciar devido às taxas cobradas pela empresa. O início da
282 operacionalização pela nova empresa está sendo bastante tumultuado, especialmente pelo fato da troca das redes credenciadas e os problemas enfrentados até
283 que os estabelecimentos efetivamente passassem os cartões Comida Boa. Alguns municípios interromperam a distribuição dos cartões até que a situação se
284 restabeleça. Já notificamos oficialmente a empresa sobre estas situações. Nesse sentido, vem se mostrando disposta a atender as demandas repassadas,
285 aumentando a sua equipe de atendimento, bem como buscando resolver prontamente as situações repassadas. Sugestão de encaminhamento: Ciente. Parecer
286 da comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Próximo ponto **1.3 Acompanhamento das ações do CEAS quanto ao Projeto de Lei nº 157/2022 – Inclusão
287 do FEAS no rol de beneficiários da LOTEPAR;** Foi encaminhado ofício ao Secretário do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF solicitando apoio na
288 demanda, visando dar celeridade nos procedimentos necessários para regulamentação da inclusão do FEAS no rol de beneficiários da LOTEPAR. Sugestão de
289 encaminhamento: Ciente. Parecer da comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Registra que houve discussão inicial sobre o Plano Plurianual e a Lei
290 Orçamentária Anual. Será realizada uma reunião extraordinária do CEAS/PR, para discussão do PPA e reunião extraordinária da Comissão de Financiamento
291 para discussão da LOA, em data a ser definida. Encerrado a comissão de financiamento e gerenciamento de vínculos foi feito a leitura do relato da **Comissão de
292 Políticas Sociais**, de 07 de julho de 2023, com primeiro ponto de pauta o **2. Panorama dos Principais temas trabalhados pela comissão durante o ano para
293 ciência e continuidade dos trabalhos pela próxima gestão:** A proposta deste item é ofertar à nova gestão o cenário atual vivenciado na comissão, bem como
294 deixar claro e evidente quais são as pautas que necessitam avançar.A Comissão teve como pauta permanente nos últimos doze meses: Programa Federal de
295 Transferência de Renda,Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI,Benefício de Prestação Continuada -BPC,Demandas
296 previdenciárias (parcialmente),Regionalização de serviços da Proteção Social Especial de alta complexidade (parcial). Como pauta temporária se identificou
297 diversas denúncias referente a execução da política de assistência social nos municípios do Paraná, como: redução de carga horária, fechamento temporário,

298 ausência de equipe de referência dos equipamentos de assistência social e a oferta de serviços em desconformidade com as diretrizes técnicas. Além disso,
299 ocorre apresentação da execução ou panorama de serviços, Benefícios socioassistenciais e programas, bem como relatórios referente a recursos humanos da
300 política de assistência social no Paraná, Cadastro Único, Programa Bolsa Família (PBF). Parecer da Comissão em junho: A partir do mês de julho a Comissão
301 entende que a nova composição deve considerar as seguintes pautas: Pautas permanentes: Programa Bolsa Família – considerando a atribuição de controle
302 social do Conselho, Pautas temporárias: Planos de Providência e Planos de Apoio do Governo do Estado, Acompanhamento dos serviços, programas, projetos
303 da Política Estadual de Assistência Social, como por exemplo o AEPETI, BPC, Demandas previdenciárias nos Centro de Referências de Assistência Social,
304 Serviços de Acolhimento, entre outros, definindo na comissão um cronograma para acompanhamento. Parecer da Comissão: Aprovada a sugestão da Comissão
305 anterior em junho, ficando como pauta permanente somente o programa federal de transferência de renda e estabelecendo um cronograma posterior da
306 periodicidade do acompanhamento de outros serviços, programas e benefícios. **Parecer do CEAS:** A Comissão terá as seguintes pautas permanentes: Cadastro
307 Único e o Programa Federal de Transferência de Renda: Programa Bolsa Família. Seguindo com relato dessa comissão, próximo ponto de pauta trata se **2.1.1**
308 **Lei do Programa Bolsa Família (PBF):** em dezenove de junho de dois mil e vinte e três foi promulgada a Lei nº14.601, que institui o Programa Bolsa Família
309 revogando a Medida Provisória de março deste ano. No mês de junho também foram implantados todos os benefícios previstos no Programa. A referida Lei
310 ainda altera a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social) em seu Artº 6 prevendo a instituição do Cadastro Único como registro público eletrônico
311 com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda.
312 Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. O próximo ponto de pauta trata-se do **2.1.2. Panorama do Programa Bolsa Família:** A Coordenação
313 Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família apresentou o panorama do programa federal de transferência de renda referente aos meses de janeiro a
314 junho de dois mil e vinte e três. Apresentado a tabela com um panorama de beneficiários do Bolsa família deste ano, sendo que no mês de janeiro, teve
315 seiscentos e vinte e um mil seiscentos e oitenta e seis Famílias Beneficiárias, sendo sete mil e trezentos e oitenta e seis Benefícios bloqueados, sendo cento e
316 três Benefícios suspensos, com valor médio de benefício de seiscentos e quinze por família, Fevereiro seiscentos e dezenove mil duzentos e oitenta Famílias
317 Beneficiárias, sete mil seiscentos e vinte e três Benefícios bloqueados, quinhentos e doze suspensos, com uma média do valor do benefício repassado a famílias
318 beneficiárias do BF de seis centos e quatro reais e oitenta e sete centavos, no mês de Março teve quinhentos e noventa mil e quarenta e nove famílias
319 beneficiárias, tendo como benefício bloqueado no mês de nove mil quatrocentos e setenta e seis, Benefícios suspensos no dois mil duzentos e noventa e nove,
320 no mês de Abril quinhentos e noventa e um mil quinhentos e vinte e três Famílias Beneficiárias, com trinta e cinco mil quinhentos e vinte e nove Benefícios
321 Bloqueados e dois mil quinhentos e quarenta Benefícios Suspensos, sendo uma média mensal do Benefício a família de seiscentos e oitenta e cinco reais e
322 quarenta centavos. No mês de Maio quinhentos e noventa e seis mil seiscentos e vinte e dois Famílias Beneficiárias, sendo vinte e sete mil quinhentos e
323 dezesseis Benefícios Bloqueados, oitocentos e quarenta e sete Benefícios Suspensos, com valor média mensal do Benefício a família de seiscentos e oitenta e
324 sete reais e sessenta e cinco centavos e por fim no mês de Junho quinhentos e noventa e cinco mil e oitenta e oito Famílias Beneficiárias, vinte e sete mil
325 quinhentos e oito Benefícios Bloqueados, sem Benefícios Suspensos no mês, com uma média mensal do Benefício a família de setecentos e dez reais e
326 quarenta e sete centavos Famílias Beneficiárias. Se tratando do programa Auxílio Brasil, programa este que antecede o bolsa família, há um levantamento do
327 mês de Janeiro ao mês de Maio deste ano sendo com um Quadro De Benefícios Pagos Antecedente A Implantação Da Lei Nº 14.601/dois mil e vinte e três, no
328 qual não foi feito a apreciação, seguindo a ordem foi feito a leitura do números de Benefícios do programa bolsa família com sua nova estrutura, realizado a
329 apresentação do mês de Junho com Renda de cidadania um milhão seiscentos e trinta e um mil e cinquenta e quatro Benefícios, quinhentos e trinta e cinco mil
330 trezentos e setenta e quatro Benefício complementar, trezentos e vinte e três mil duzentos e oitenta e cinco, Benefício 1ª Infância e o Benefício Variável Familiar
331 com quatrocentos e noventa e sete mil trezentos e sete benefícios. Realizado também apreciação de valores repassados para atender aos Benefícios, sendo:
332 Janeiro de dois mil e vinte e três trezentos e oitenta e dois milhões trezentos e vinte e sete mil oitocentos e quarenta e quatro reais, Fevereiro de dois mil e vinte
333 e três trezentos e setenta e quatro milhões duzentos e setenta e seis mil duzentos e vinte e oito, Março de dois mil e vinte e três quatrocentos e dois milhões
334 oitocentos e vinte e nove mil duzentos e quarenta e oito reais, Abril/dois mil e vinte e três (quatrocentos e três milhões setecentos e setenta e um mil
335 quatrocentos e quarenta e seis reais), Junho de dois mil e vinte e três quatrocentos e vinte e dois milhões setecentos e noventa e um mil e oitenta e sete reais.
336 Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Finalizando a pauta do Programa Bolsa família, próximo ponto de pauta trata de **2.1.3. Exigência de**
337 **novos documentos para o CadÚnico:** O MDS publicou a Portaria nº889 em treze de junho de dois mil e vinte e três, que altera a portaria de nº oitocentos e
338 dez com os novos procedimentos para gestão e operacionalização do Cadastro Único, incluindo novos documentos para inclusão/atualização do CadÚnico. O
339 responsável pela unidade familiar deve apresentar documento de identificação com foto, comprovante de residência em seu nome ou de algum membro familiar,
340 na sua falta será possível apresentar a declaração firmada pelo responsável familiar. A nova regra não se aplica para famílias indígenas, quilombolas e pessoas
341 em situação de rua. Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Próximo ponto de pauta trata se de **2.1.4. Migração dos dados CNIS para**
342 **CadÚnico:** A Instrução Normativa nº 01 SAGICAD/MDS de dois de junho de dois mil e vinte e três, regulamentou a integração de dados do Cadastro Nacional
343 de Informações Sociais (CNIS) para o cadÚnico. No mês de junho aconteceu o primeiro povoamento das informações do CNIS para o CadÚnico, daquelas
344 pessoas cuja a renda identificada no CNIS é superior a renda declarada no CadÚnico, está prevista para outubro o próximo carregamento off-line e para dois mil
345 e vinte e quatro a integração on-line, esta integração fará com que os cadastros fiquem mais atualizados com a renda das pessoas identificadas no CNIS.
346 Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Próximo ponto de pauta, **2.1.5. Seminários Macrorregionais Intersetorial da Gestão do Programa**
347 **Bolsa Família e Cadastro Único:** A Coordenação Estadual do CAD/PBF planejou a realização de oito seminários de capacitação para o ano de dois mil e vinte
348 e três. Até o mês de julho foram executados três seminários macrorregionais, o primeiro sendo em Curitiba (vinte e nove e trinta de maio de dois mil e vinte e
349 três com cento e trinta e nove participantes, o segundo em Londrina (treze e quatorze de Junho de dois mil e vinte e três) com duzentos e dezessete
350 participantes e o terceiro em Cascavel (quatro e cinco de julho de dois mil e vinte e três) com cento e noventa e um inscritos, sem confirmação dos participantes
351 efetivos. Os seminários contaram com a participação de profissionais da Saúde, Assistência Social, Educação e Conselheiros Municipais da Assistência Social.
352 Informam ainda a mudança de data para a Macro de Guarapuava, tendo em vista a disponibilidade de espaço, ficando o seminário previsto para os dias doze e
353 treze de setembro de dois mil e vinte e três. Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Encaminhar a programação dos seminários que ainda
354 serão realizados aos conselheiros CEAS/PR. E indicar na próxima reunião do CEAS, os representantes para os seminários. Próximo ponto de pauta trata se do
355 **2.2. Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI:** Retirado de pauta sem atualizações neste mês. Parecer da Comissão:
356 Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Próximo ponto de pauta trata se do **2.3. Benefício de Prestação Continuada – BPC:** A Divisão de Proteção Social Básica –
357 DPSP apresentou o panorama do Benefício de Prestação Continuada - BPC no Estado, sendo que no mês de maio de dois mil e vinte e três o total de pessoas
358 beneficiárias é de duzentos e trinta e oito mil duzentos e dez, dos quais cento e dezenove mil novecentos e um são pessoas com deficiência (PCD) e cento e
359 e dezoito mil trezentos e nove são idosos, o montante repassado foi trezentos e quatorze milhões reais e novecentos e doze mil reais e quatrocentos e noventa e
360 um reais e cinquenta e oito centavos. No comparativo com o mês de Janeiro houve o aumento de seis mil novecentos e setenta beneficiários sendo um aumento
361 de 3,01% no Estado. Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Encaminha a necessidade de discutir a pauta do décimo terceiro salário para
362 beneficiários do BPC. O próximo ponto de pauta trata-se do **2.4. Protocolo 19.652.832-6 – Demandas Previdenciárias nos Equipamentos do SUAS:** Retirado
363 de pauta devido horário. Parecer da Comissão: Ciente. **Parecer do CEAS:** Retornar para a pauta da próxima reunião da comissão. Finalizado o relato da
364 comissão, Renata Mareziuzek dos Santos, solicita que as próximas comissões sejam realizadas na próxima reunião plenária, devido ao adiantado da hora. A
365 Presidente solicita que seja realizada a leitura dos informativos. secretaria executiva Thamiris Guerra realiza a leitura do cronograma da capacitação dos
366 conselheiros. A capacitação para os conselheiros CEAS/PR terá início no segundo semestre de dois mil e vinte e três e está organizada em cinco módulos
367 mensais, podendo ser acrescido outros, conforme necessidade. Os módulos ocorreram presencialmente, em sua maioria, no Palácio das Araucárias na Rua Jacy
368 Loureiro de Campos, no Centro Cívico, onde localiza-se a estrutura física da sede da SEDEF. Seguindo a lógica das capacitações já realizadas com sucesso
369 anteriormente, a programação dos módulos precederá os dias de reuniões ordinárias já agendadas nas ocasiões possíveis, otimizando a disponibilidade dos
370 conselheiros. A capacitação será certificada pela Escola de Gestão (Escola de Governo). Em dois mil e vinte e três serão realizados três módulos conforme
371 cronograma abaixo: Módulo um com a data dois de agosto de dois mil e vinte e três, Temática: Fortalecendo a Assistência Social: Dinâmica do Controle Social
372 do Estado do Paraná, Palestrantes: Renata Mareziuzek, Thamiris Guerra, Marjorie Elizabeth Zaleski Torres Cavalheiro e João Pedro Domingues Krevoruczka,
373 Módulo dois, a ser realizado no dia trinta de Agosto de dois mil e vinte e três, com a Temática: O papel dos Conselheiros Estaduais na fiscalização e garantia
374 dos direitos humanos e da dignidade da população vulnerável e em situação de risco, Palestrantes Pedro Braga Carneiro e no dia oito de novembro de dois mil e
375 vinte e três ocorrerá o terceiro Módulo com a Temática: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política de Assistência Social pautada na defesa e
376 proteção dos direitos humanos sendo a Palestrantes Silmara Carneiro. Thamiris Guerra menciona que no dia no dia trinta de junho de dois mil e vinte e três, foi
377 encaminhado no email de todos os conselheiros o Material de Boas-vindas, preliminares encaminhados via e mail contendo: Lei de Criação, Regimento Interno,
378 Decreto de nomeação da Sociedade Civil, Apresentação do Site, Apresentação dos drives, Orientações sobre os grupos institucionais de Whatsapp. Está sendo
379 elaborado um kit impresso com outros materiais pertinentes à atuação dos conselheiros. Este material estará disponível para retirada presencial a partir do dia
380 dois de agosto de dois mil e vinte e três. Caso haja necessidade, o mesmo poderá ser enviado via malote para retirada no Núcleo Regional de abrangência.
381 Observação: importante: No material disponibilizado anteriormente, ainda vigoravam os links antigos dos drives de armazenamento das comissões. Por questões
382 administrativas, os mesmos necessitam de alteração. Estas alterações já foram realizadas nos materiais e serão enviadas aos conselheiros. Adrians Galdino da
383 Silva Junior, solicita como encaminhamento para o dia dois de Agosto de dois mil e vinte e três que a palestra do dia oito de novembro dois mil e vinte e três com
384 a Temática O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política de Assistência Social pautada na defesa e proteção dos direitos humanos com a
385 Palestrantes Silmara Carneiro na mesma data, sendo realizada no período da tarde. Renata Mareziuzek dos Santos, presidente do CEAS, sugere a manutenção
386 do cronograma pela importância do tema e a necessidade de dar subsídio aos demais com maior fundamentação e diálogos de todos os envolvidos. Em
387 sequência a Secretária executiva, realizou a leitura do panorama das conferências municipais, dos trezentos e noventa e nove municípios do estado do paraná,
388 duzentos e noventa e nove municípios já realizaram as conferências municipais, e trinta e sete municípios ainda não informaram as datas das conferências, não
389 se trata de não realização das conferências e sim de não ter repassado ao conselho, e ainda existe até a data de hoje sessenta e três municípios com datas
390 confirmadas para realização das conferências. O próximo informativo se trata do Fonaceas, sendo que a próxima reunião plenária do FONACEAS acontecerá de
391 sete a nove de agosto de dois mil e vinte e três, no estado do Rio de Janeiro. São membros natos do Fórum: Presidente, Vice-presidente e Secretária Executiva.
392 Após as tratativas referentes à formalização da Mesa Diretora, as indicações serão realizadas via Ad Referendum e a nossa conferência estadual ocorrerá do dia
393 três a cinco de outubro, em Cascavel a Participação da Conferência Estadual será para todos os membros do CEAS/PR, titulares e suplentes. Se tratando dos
394 cartões corporativos, a partir de hoje, sete de julho de dois mil e vinte e três as senhas dos cartões corporativos poderão ser registradas na agência do Banco do
395 Brasil mais próxima de sua residência. Após registro de senha, ou caso haja alguma dificuldade, entrar em contato com o responsável, senhor João Pedro para
396 atualização do panorama. Pediu atenção especial para o prazo: a partir do registro da senha, o banco tem o prazo de 30 dias úteis para emissão do cartão!

397 Conselheiros reconduzidos: Os cartões poderão ser utilizados normalmente. Renata Mareziuzek dos Santos, menciona que no dia dezessete de Julho vai
398 ocorrer uma reunião para tratar sobre o Plano plurianual, para realização da discussão do plano Plurianual (PPA), plano estadual de Assistência Social e o plano
399 decenal de Assistência social. Parecer do CEAS: PPA (Informes) encaminhar os dados para os demais conselheiros até treze de julho. A mesa diretora
400 confirmou a data de dezessete de julho para reunião extraordinária da plenária. A presidente do CEAS, agradece a participação de todos, passando a fala para o
401 vice presidente Adrianis Galdino da Silva Júnior, que reforça o tema da conferência do SUAS que temos e o SUAS que queremos e a necessidade de construção
402 do nosso sistema único de Assistência, agradece a participação de todos envolvidos. Anderson Costa Cardoso, solicita a palavra pedindo a atenção do CEAS
403 sobre a luta e defesa da pessoa com deficiência e pessoas com doenças raras, agradece a sua participação no CEAS. A presidente do CEAS, Renata encerra a
404 reunião. Essa Ata foi elaborada pelo Residente Técnico: Gabriel Jantsch da Silva e pela Secretaria-Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social –
405 CEAS: Thamiris Guerra.